

PATRIMÔNIO OPERÁRIO PAISAGENS PÓS-INDUSTRIAIS O caso da Grande Cruzeiro, Porto Alegre/RS

*WORKFORCE HERITAGE,
POST-INDUSTRIAL LANDSCAPES
The case of Grande Cruzeiro, Porto Alegre/RS*

Celma Paese¹ e Gianluca Mascali Perseu²

Resumo

Este artigo explora o papel do patrimônio industrial na investigação da paisagem urbana contemporânea através de um estudo de caso sobre o complexo da Grande Cruzeiro, na cidade de Porto Alegre/RS. A noção de patrimônio é abordada em sua dimensão imaterial, tendo em vista a ocorrência de paisagens desmontadas pelas lógicas do capital, nas quais restam poucos vestígios materiais da atividade industrial após o processo de desindustrialização que se deu a partir dos anos 1970. São discutidas tensões entre a preservação da cultura da comunidade, as possibilidades de resistência a processos de precarização e a especulação imobiliária, enfatizando-se a importância de proporcionar a autonomia das comunidades na gestão de seus territórios por meio de políticas públicas e processos de escuta ativa das demandas oriundas das articulações sociais.

Palavras-chave: patrimônio industrial, Grande Cruzeiro, memória coletiva, inclusão social, especulação imobiliária.

Abstract

This article explores the role of industrial heritage in investigating the contemporary urban landscape through a case study of the Grande Cruzeiro complex in the city of Porto Alegre, RS. The notion of heritage is addressed in its intangible dimension, considering the occurrence of landscapes dismantled by the logics of capital, in which few material traces of industrial activity remain after the deindustrialization process that began in the 1970s. The article discusses tensions between the preservation of community culture, the possibilities of resistance to precarization processes and real estate speculation, emphasizing the importance of ensuring community autonomy in managing their territories through public policies and active listening to demands arising from social movements.

Keywords: industrial heritage, Grande Cruzeiro, collective memory, social inclusion, real estate speculation.

Introdução

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (Brasil, 1988, Art. 216).

Delinear uma problemática acerca do patrimônio implica lidar com a própria pluralidade e transdisciplinaridade requeridas pelas humanidades enquanto campo difuso e inacabado de conhecimento. Em uma primeira aproximação, a postura aqui defendida alinha-se à compreensão constitucional³ do patrimônio, conforme articulado por Vianna (2016) nos verbetes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Segundo essa perspectiva, o patrimônio é entendido como algo de valor, seja individual ou coletivo, cujo aspecto cultural se manifesta na sua função de legado para outras gerações e culturas. Assim, a categoria de patrimônio cultural surge da necessidade de conservar, proteger e/ou salvaguardar elementos materiais ou imateriais que são expressivos de uma cultura e de suas formas socialmente localizadas de produzir mundos e expressar matrizes de pensamento.

Ao expandir essa discussão para a temática do patrimônio industrial, é fundamental problematizar o papel da indústria, não apenas por meio de seus vestígios materiais, práticas e saberes, mas considerando a dimensão imaterial de sua contribuição cultural. Nesse sentido, a preservação do patrimônio industrial envolve a recuperação de memórias, narrativas e experiências que, embora não tangíveis, configuram um patrimônio imaterial de natureza industrial – uma noção prevista na Constituição e em consonância com os principais documentos internacionais de patrimônio. Silva (2005) enfatiza que a investigação desse campo “é também a recolha e o tratamento de um patrimônio técnico de uma sociedade e de uma época” (Silva, 2005, p. 1), o que nos convida a analisar não só as estruturas físicas que marcaram o industrial enquanto expressão da modernidade, como também os processos, rituais e relações sociais daí decorrentes.

A indústria, enquanto articuladora de mundos sociais e transformadora de paisagens, participa ativamente da construção de identidades e da diferenciação de classes. O papel da classe operária, por sua vez, é central na atribuição de valor ao patrimônio industrial, sendo responsável tanto pela produção dos bens materiais que transformaram o espaço urbano quanto pela geração de saberes, práticas e vínculos sociais que se perpetuam enquanto memória coletiva. Assim, o patrimônio industrial se configura não somente como testemunho material das transformações econômicas e sociais que marcaram a modernidade, mas também como retrato das dinâmicas humanas e culturais que moldaram os territórios urbanos durante o auge da industrialização (IPHAN, 2024).

Em Porto Alegre, a Grande Cruzeiro ilustra de maneira paradigmática a complexa interação entre êxodo rural, industrialização, urbanização e os desafios da preservação contemporânea. Situada na zona sul da cidade, aproximadamente a seis quilômetros do centro, a região consolidou-se como um importante polo operário no século XX, impulsionada por indústrias emblemáticas como o Estaleiro Só, a Termolar e a Pedreira Pavimentações. Ainda é importante ressaltar que, a mudança do Jockey

¹ Doutora em Arquitetura (PROPAR/UFRGS) e Professora do Departamento de Arquitetura da FAUFRGS. celmapaese@gmail.com

² Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e Bolsista DAAD do treinamento de PhD (Technische Universität Berlin).

³ No Brasil, o marco legal para implementação de políticas pertinentes ao patrimônio cultural é a Constituição Federal de 1988. Esta dá-se enquanto desdobramento de importantes discussões históricas a nível nacional e internacional, estando em sintonia com importantes fóruns, como a Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, ou, em tradução livre, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Clube do Bairro Moinhos de Vento para aquela região da cidade, em 1959, também gerou empregos e oportunidades de fomento da economia da região. Essas empresas foram determinantes para a conformação da paisagem urbana e social, atraindo fluxos migratórios de trabalhadores oriundos, sobretudo, do interior do estado, em busca de melhores condições de vida e trabalho (Fontes, 2017). A proximidade com as fábricas, a oferta de terrenos a custos acessíveis bem como invasões e ocupações informais, propiciaram a formação de comunidades densas, nas quais as redes de solidariedade e as dinâmicas sociais passaram a depender intrinsecamente das atividades industriais e derivadas, configurando um patrimônio que se estendia além das estruturas físicas.

No entanto, a partir da década de 1980, o processo de desindustrialização – marcado pelo fechamento de indústrias e a desconcentração industrial nos grandes centros urbanos – provocou o abandono de muitas dessas estruturas fabris, culminando no aumento do desemprego e na degradação física e social da região. Essa retirada não se restringe ao esvaziamento do espaço material, mas implica na dissipação de um legado imaterial de saberes e práticas que perpassavam a vida comunitária local. Sem políticas públicas adequadas para promover a preservação integral – que abarque tanto os elementos materiais quanto os imateriais associados à história industrial – a Grande Cruzeiro vem sofrendo os impactos da especulação imobiliária e da marginalização econômica (Barbosa, 2024). Esse cenário ressalta a urgência de uma abordagem crítica que articule preservação patrimonial, planejamento urbano e inclusão social, reconhecendo o valor do patrimônio industrial como instrumento ativo para o desenvolvimento sustentável.

Este artigo busca analisar a Grande Cruzeiro como um exemplo singular de patrimônio industrial, explorando suas dimensões tanto materiais quanto imateriais, e os desafios inerentes à sua preservação em um contexto de desindustrialização. Por meio de uma análise fundamentada nos conceitos de patrimônio cultural do IPHAN e na noção constitucional de patrimônio, este estudo propõe uma releitura do patrimônio industrial como uma ferramenta de inclusão social, fortalecimento identitário e planejamento urbano sustentável. A investigação considera, ainda, relatos históricos e experiências vividas pelos moradores da Grande Cruzeiro, enfatizando como os vestígios – sejam eles remanescentes de estruturas físicas, práticas laborais ou narrativas comunitárias – constituem elementos essenciais para a reconstrução de uma memória coletiva. Ao integrar práticas de preservação física às narrativas culturais locais, argumenta-se que é possível promover um equilíbrio entre a memória coletiva e o desenvolvimento urbano, resgatando, assim, a dimensão imaterial do patrimônio industrial que permanece latente nos vestígios, nos desdobramentos e nas transformações de uma região outrora marcada pela intensa atividade fabril.

Patrimônio, paisagem e indústria

A historiadora Françoise Choay, em sua obra *A Alegoria do Patrimônio* (1992), propõe uma análise crítica que ilumina a evolução histórica e as múltiplas dimensões do conceito de patrimônio, bem como o seu papel na formação do imaginário coletivo. Para a autora, o patrimônio deixou de ser entendido exclusivamente como um conjunto de monumentos históricos para se expandir e abarcar tecidos urbanos, bairros e até cidades inteiras. Essa transformação, que ela denomina “inflação patrimonial”, é resultado direto das intensas mudanças nas dinâmicas sociais e culturais contemporâneas. Entretanto, tal expansão conceitual não ocorre sem conflitos, uma vez que frequentemente se encontra vinculada a interesses políticos, econômicos e mercadológicos que podem desvirtuar o significado histórico e cultural do patrimônio.

O risco de que o patrimônio seja apropriado pelas lógicas do capital reside na sua transformação em mero instrumento de consumo estético — ideia antecipada por Guy Debord, que, em *A Sociedade do Espetáculo* (1967), analisou como o capitalismo industrial espetaculariza a produção de imagens e o imaginário coletivo. Atualizando essa discussão para o contexto neoliberal, Han (2018) reafirma a existência de uma crise cultural em um mundo globalizado, evidenciada pelo que ele denomina “inferno do igual”. Segundo o autor, esse fenômeno reflete uma pasteurização no processo de criação de mundos, na qual uma lógica de modelização consagra determinadas versões de realidade em detrimento de outras.

Nesse sentido, autores como Perseu (2021) e Muñoz (2003; 2018) alertam para os perigos da espetacularização, que tende a moldar as formas de apreender, experimentar, produzir e significar as paisagens, contribuindo para uma homogeneização que empobrece as possibilidades da experiência e, portanto, da percepção e atribuição de sentido. Em consonância com essas perspectivas, Choay (1992) ressalta o risco de que o patrimônio se converta num espelho da “síndrome narcísica” das sociedades contemporâneas, que privilegia a valorização visual e a preservação de formas estéticas, frequentemente desconectadas das práticas e relações sociais que lhes deram origem.

Partindo de uma perspectiva crítica, compreende-se que o restauro não pode ser encarado como um processo puramente técnico ou funcional; ao contrário, ele deve ser um ato crítico que respeita as condições de leitura e as interpretações históricas de cada época. Essa perspectiva, embora apresentada de forma mais pontual, reforça a necessidade de que a preservação do patrimônio seja sensível às nuances culturais e sociais que o conferem autenticidade e historicidade, evitando que a intervenção se transforme numa mera operação de reuso que negligencia o seu valor intrínseco e as histórias que ele abriga.

Cristina Meneguello, organizadora do Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos (2020), amplia essa discussão ao sistematizar os debates acerca da preservação cultural no Brasil. Meneguello defende que o patrimônio deve ser compreendido como um elemento dinâmico, profundamente interligado às transformações sociais, o que exige uma abordagem que vá além da proteção das estruturas físicas. Para ela, é fundamental incorporar as narrativas, os saberes e as experiências das comunidades que vivenciam esses espaços, pois somente assim o patrimônio poderá ser efetivamente valorizado e ressignificado. Essa visão é particularmente pertinente ao analisar a Grande Cruzeiro, onde o patrimônio industrial se manifesta não apenas através de vestígios físicos, mas também pelas práticas culturais, pelos rituais do cotidiano e pela memória coletiva dos trabalhadores e suas famílias.

No âmbito das políticas públicas, Marta Arretche, em *Trajetórias das Desigualdades*: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos (2015), destaca o papel central do Estado na superação das desigualdades estruturais e na promoção da justiça social, com ênfase na importância do acesso ao patrimônio cultural como ferramenta de inclusão. Arretche argumenta que as desigualdades nos espaços urbanos brasileiros são produtos não somente de processos históricos, mas também da ausência de políticas integradas que articulem o desenvolvimento urbano com a promoção de direitos sociais. Na realidade da Grande Cruzeiro, essa carência de políticas públicas é evidente tanto no abandono de antigas estruturas fabris quanto na deterioração das condições de vida das comunidades locais, o que evidencia a necessidade urgente de reconhecer o patrimônio industrial como um recurso estratégico para a inclusão social e o fortalecimento identitário.

Como, então, trabalhar com o patrimônio industrial em contextos de desindustrialização? Nossa aposta está na atribuição de valor, não apenas ao que já se foi, mas às relações e saberes que restaram de processos de desindustrialização.

A retirada das indústrias da Grande Cruzeiro desencadeou mudanças profundas que vão além do abandono dos galpões e fábricas. A desindustrialização provocou uma reconfiguração da paisagem urbana e impactou diretamente a vida das pessoas que, durante décadas, viveram e se organizaram em torno da atividade fabril. Essa retirada não apenas eliminou os vestígios físicos da industrialização, mas também desestruturou os saberes, as práticas e os laços comunitários que se desenvolveram em torno desses espaços. Assim, o patrimônio imaterial – composto pelos modos de vida, rituais, tradições e saberes das populações afetadas – revela-se tão fundamental quanto os elementos tangíveis. Esse patrimônio imaterial incorpora a memória coletiva e as experiências de resistência e adaptação, oferecendo uma perspectiva ampla de como as populações se relacionam com o espaço urbano e com o seu próprio passado.

Ao articular essas abordagens teóricas com as diretrizes contemporâneas de instituições como o IPHAN, o Icomos e a Unesco, evidencia-se a necessidade de modelos de preservação que respeitem as especificidades locais e promovam o protagonismo das comunidades. Todavia, é crucial que essa discussão não se limite ao reuso adaptativo das edificações – prática que, embora contribua para a preservação de vestígios materiais, muitas vezes se submete às lógicas do capital e dos mercados imobiliários. Exemplos notórios, como o reuso do Jockey Clube de Porto Alegre, do Estaleiro Só e da sede da Termolar, ilustram como iniciativas voltadas ao mercado podem, inadvertidamente, desencadear processos de gentrificação, reduzir a participação cidadã e comprometer as lógicas de pertencimento e acolhimento das comunidades locais. Tais casos demonstram que o reuso adaptativo, por si só, não é suficiente para garantir a preservação integral do patrimônio, uma vez que muitas vezes ele ignora as dimensões sociais e culturais que tornam esses espaços verdadeiramente significativos.

Nesse cenário, é imperativo considerar também as possibilidades de resistência às lógicas do capital que ultrapassem o paradigma do reuso adaptativo. A Grande Cruzeiro oferece exemplos inspiradores de práticas de resistência e de formas de organização comunitária que preservam não somente o espaço físico, mas sobretudo os saberes e as tradições das populações subalternizadas. Um exemplo emblemático é a cultura das lavadeiras, que se desenvolve organicamente na região e representa uma expressão viva dos saberes tradicionais e das práticas de cuidado comunitário. Essa cultura, muitas vezes marginalizada pelas políticas públicas convencionais, evidencia a importância de se investir em educação, cultura e incentivo às iniciativas cidadãs, de modo a fortalecer as redes de solidariedade e a dar voz a essas comunidades. Reconhecer e valorizar essas manifestações culturais é essencial para que a preservação do patrimônio na Grande Cruzeiro não se reduza à mera conservação física, mas se transforme em um processo ativo de resgate histórico e de inclusão social.

A análise da Grande Cruzeiro, assim, convida-nos a repensar e a tensionar o conceito de patrimônio, ampliando-o para incluir não só os elementos tangíveis, mas também as dimensões imateriais que refletem os modos de vida, as lutas e as resistências das comunidades locais. A região se configura como um verdadeiro laboratório de estudo, onde a interação entre o legado industrial, as práticas culturais e os laços comunitários demanda abordagens holísticas e sensíveis às realidades locais. Ao reconhecer e integrar as múltiplas dimensões do patrimônio, é possível não apenas resgatar a memória coletiva, mas também construir um futuro mais justo e sustentável, no qual o direito à cidade e à participação cidadã sejam garantidos.

O locus de estudo em questão, portanto, desafia as definições tradicionais de patrimônio, exigindo que ampliemos nosso olhar para abarcar tanto a materialidade das estruturas industriais abandonadas quanto a vitalidade dos saberes, das tradições e das práticas de resistência que emergem nas margens de um sistema desigualitário. Essa perspectiva crítica reforça a importância de se adotar políticas de preservação que promovam a inclusão social e o fortalecimento identitário, transformando o patrimônio industrial num recurso vivo e dinâmico, capaz de contribuir decisivamente para a construção de uma cidade mais plural e justa.

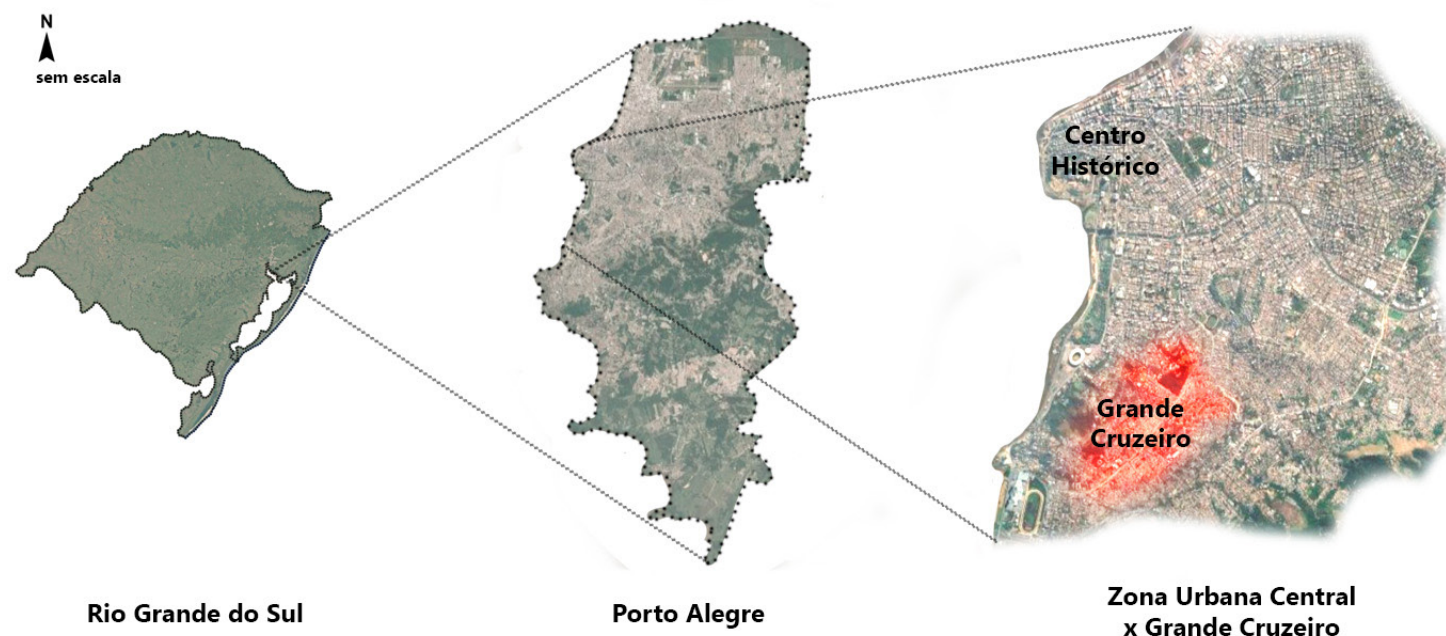
A Grande Cruzeiro como locus de estudo

Localizada na zona sul de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, a Grande Cruzeiro se destaca como um território urbano denso, historicamente marcado pelas dinâmicas da industrialização e seus desdobramentos. Situada a cerca de seis quilômetros do centro da cidade, a região abriga um conjunto interligado de comunidades que totalizam aproximadamente 200 mil habitantes distribuídos por 200 hectares, configurando um dos complexos urbanos mais populosos e socialmente intrincados da capital gaúcha. Tal configuração revela-se um objeto de estudo fundamental para compreender as interseções entre industrialização, urbanização e exclusão social em contextos contemporâneos.

O processo de formação desse território intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pela expansão industrial de Porto Alegre. À medida que as empresas migravam para áreas periféricas com o intuito de reduzir custos operacionais e atender à crescente demanda por bens e serviços, a localidade passou a atrair um expressivo contingente de trabalhadores – em sua maioria migrantes oriundos do interior do estado – em busca de melhores oportunidades econômicas. Conforme apontado por Fontoura (2005), os fluxos migratórios iniciados nas décadas de 1940 e 1950 atingiram seu ápice nas décadas seguintes, consolidando a região como um território operário por excelência e delineando os contornos de uma urbanização que, embora vibrante, evidenciava aspectos de marginalização.

As indústrias que desempenharam papel central na configuração espacial, não apenas geraram empregos e impulsionaram o crescimento econômico local, mas também favoreceram o surgimento de núcleos habitacionais nas proximidades de seus complexos produtivos. No entanto, a ausência de um planejamento urbano estruturado resultou em um tecido urbano caracterizado por irregularidades: habitações precárias, infraestrutura deficiente e uma organização espacial que espelha os processos históricos de marginalização. Meneguello (2020) observa que essa dinâmica de urbanização periférica é intrínseca a um modelo que, historicamente, empurra as populações de baixa renda para as bordas urbanas, um fenômeno que dialoga com as discussões de Ermínia Maricatto sobre o direito à cidade, enfatizando a necessidade de garantir o acesso e a permanência dos cidadãos em seus territórios de origem, com condições dignas de habitação e participação social.

A industrialização, portanto, moldou não apenas o espaço físico, mas também a dinâmica social e cultural do local, estabelecendo redes de solidariedade e identidades coletivas enraizadas nas experiências do trabalho fabril. Os trechos que compõem os tecidos urbanos – com suas vielas, praças e áreas degradadas; com interrupções viárias e ocupações informais – contam histórias de sucateamento e de remoções forçadas, e também de lutas e conquistas, revelando como os laços comunitários se formaram a partir de vivências compartilhadas e da necessidade de resistência diante da precarização das condições de vida (Figura 1).



A partir da década de 1970, o modelo de urbanização baseado na indústria começou a enfrentar rupturas significativas. O processo de sucateamento da matriz industrial brasileira, que afetou diversas cidades do país, culminou na desconcentração industrial e no abandono de antigos espaços fabris na capital. O fechamento de empreendimentos como o Estaleiro Só provocou um expressivo aumento do desemprego e o desuso de vastas áreas produtivas, que passaram a se degradar tanto na paisagem urbana quanto na qualidade de vida dos moradores. Muitos desses terrenos e galpões industrializados tornaram-se espaços subutilizados ou alvos da especulação imobiliária, intensificando a precariedade socioeconômica e ampliando as desigualdades. Paese (2017) argumenta que esse processo não só aprofunda as disparidades sociais, mas também restringe as possibilidades de preservação do legado material e imaterial associado ao auge industrial da região. De maneira similar, Arretche (2015) destaca que a ausência de políticas públicas integradas representa um dos principais entraves para a mitigação dessas desigualdades, comprometendo o direito à cidade e a implementação de intervenções que promovam a inclusão social.

Outro elemento central nessa trajetória é a ocupação popular resultante das dinâmicas estruturais de urbanização e das políticas habitacionais adotadas ao longo do século XX. Com o aumento dos custos de vida e a valorização imobiliária nos centros urbanos, muitos cidadãos foram forçados a se deslocar para as periferias, incluindo este vasto complexo. Essa migração forçada foi intensificada pelas estratégias implementadas pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), instituído em 1965, que frequentemente adotava uma abordagem de “remoção para promoção”. Embora tais políticas visassem atender à crescente demanda habitacional, elas muitas vezes desconsideravam os vínculos afetivos e culturais dos moradores com seus espaços de origem, ocasionando crises de pertencimento e dificultando a adaptação a novos contextos urbanos. Barbosa (2024) e Meneguello (2020) ressaltam que a exclusão social se agrava quando os habitantes são desarraigados de suas comunidades sem que sejam implementadas estratégias de preservação das redes sociais e dos elementos culturais que lhes conferem identidade.

O projeto de duplicação da Avenida Moab Caldas, mais popularmente conhecida como Avenida Tronco, implementado em 2012, atravessa a Grande Cruzeiro, estendendo-



se da Glória ao Cristal. Designado como um “O maior legado da Copa do Mundo de 2014” pela prefeitura, a obra objetivava criar uma rota alternativa entre as zonas sul e norte de Porto Alegre. Com a previsão de finalização em 2014, concomitantemente ao evento, a obra só foi finalizada e entregue pela Prefeitura em abril de 2024⁴. A duplicação da avenida é exemplo de como uma obra pública pode servir como agente de dismantelamento da configuração material e imaterial de uma comunidade. A Vila Tronco Postão, ou simplesmente Vila Tronco, uma das 60 comunidades que compõem a Grande Cruzeiro é lar de mais de 1500 pessoas. Situada na Avenida Tronco, em frente ao Postão do SUS, fato que origina o seu nome; adjacente a uma reserva florestal do exército, a vila se expande em direção à Rua Mariano de Mattos e Nossa Senhora do Brasil, abrangendo os bairros Medianeira e Santa Teresa, respectivamente. Desde o início das obras de ampliação da Avenida, a Grande Cruzeiro experimentou transformações com significativos impactos sociais. Em sua tese de doutorado, Paese (2017) relata, a partir de dados fornecidos pelo DEMHAB, que era prevista a remoção de 1594 famílias, pois seus lares atrapalhariam a duplicação, por estarem ocupando lotes em situação irregular. Desse total, em torno de 400 famílias residiam na Vila Tronco Postão, na faixa de quarteirões adjacente à avenida e ao posto de saúde. Essas famílias foram removidas e beneficiadas pelo DEMHAB com o Bônus Moradia, instrumento que lhes entregava um valor para comprar uma nova casa, em outro local da cidade.

É evidente que a remoção das pessoas de seus lugares de pertencimento não é uma tarefa fácil. Aos desafios como o dismantelamento do território e remoção de populações da Vila Tronco, aliou-se a ausência de políticas públicas eficazes de relocação, preservação imaterial e requalificação do território. Tal cenário ameaçou a integridade desse espaço urbano, enquanto promoveu a intensificação e a marginalização dos territórios periféricos, comprometendo tanto a memória coletiva quanto o direito à cidade.

⁴ Ver: prefeitura.poa.br/gp/noticias/avenida-tronco-e-entregue-e-liberada-para-transito. Último acesso em 13/02/2025.

A diversidade identitária, socioeconômica e de modos de vida presente em comunidades como a Vila Tronco molda distintas formas de construção espacial. Paese (2017) atenta que a apreensão dessa diversidade implica reconhecer as múltiplas perspectivas de mundo e horizontes cognitivos, que emergem desses contextos. Um aprendizado central reside na observação das estratégias de sobrevivência desenvolvidas por esses grupos, cuja criatividade intrínseca se manifesta na superação de obstáculos e na busca por seus objetivos, em um contexto social marcado pela exclusão e hostilidade.

Desse modo, o referido complexo se configura como um laboratório singular para a análise de estratégias de preservação patrimonial que possam articular o desenvolvimento urbano sustentável com a valorização cultural. Meneguello (2020) enfatiza que o patrimônio urbano só pode ser plenamente compreendido e valorizado quando suas dimensões materiais e imateriais são integradas, reconhecendo a inseparabilidade entre os espaços físicos e as práticas sociais que lhes conferem vitalidade. Essa perspectiva demanda uma abordagem holística, que combine a conservação dos vestígios da industrialização com a promoção das narrativas e das práticas das comunidades locais, as quais devem ser reconhecidas como agentes centrais na construção e valorização de seus próprios territórios.

Atualmente, esse complexo urbano permanece como um dos principais territórios populares da capital, não apenas pela sua elevada densidade populacional, mas também pela complexidade de suas dinâmicas sociais. Apesar do abandono de muitos espaços industriais e dos desafios socioeconômicos enfrentados, a memória coletiva dos moradores persiste como um componente vital do patrimônio imaterial da área. Exemplos dessa resistência manifestam-se nas redes de solidariedade construídas ao longo dos anos e nas constantes lutas por melhores condições de vida, que reforçam a identidade local e fortalecem os laços comunitários. Conforme argumenta Smith (2006), o patrimônio deve ser compreendido como um processo vivo, no qual as próprias comunidades atuam como protagonistas na produção e preservação de suas narrativas históricas, transformando o legado industrial em um recurso ativo de resgate e afirmação cultural.

De forma a atentar ao aspecto vivido e praticado do patrimônio industrial, o presente estudo parte de entrevistas não estruturadas com a comunidade da Vila Malvina, levadas a cabo em rodas de conversa envolvendo agentes comunitários e pesquisadores, dentre os quais os autores do presente artigo⁵. Entre as comunidades do complexo, a pequena Vila Malvina carrega interessante narrativa oral de sua história. Localiza-se no bairro de Santa Tereza, entre a Rua Dona Zaida e a Rua Cruzeiro do Sul, limitada nas laterais pelas ruas Dona Otília e Dona Malvina, respectivamente (Figura 3). Segundo narrativa oral de membros do Instituto Cultural, Esportivo e de Assistência Vila Malvina – ICEA Malvina⁶ – sua origem remonta à década de 1950, quando um grupo de famílias vindas do interior do estado, migrou para a capital em busca de melhores oportunidades de vida. Essas famílias se estabeleceram em uma área de várzea, onde hoje se localiza um dos limites da Vila Malvina. A região, na época, era pouco habitada e oferecia terras acessíveis para a construção de moradias. O nome “Malvina” é uma homenagem à matriarca de uma das famílias fundadoras. Dona Malvina, como era conhecida, se tornou uma figura muito respeitada na comunidade, e seu nome acabou

5 Ação cartográfica ocorrida em 2024, compondo parte do procedimento de ação com as comunidades do projeto de extensão Cartografia da Hospitalidade, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Propõe-se a aplicação e desenvolvimento de uma metodologia (Paese; Marian; Moreira, 2018) para elaboração de cartografias subjetivas de acolhimento análise e representação das diferentes atividades humanas, nos espaços públicos de determinadas comunidades, a fim de levantar suas reais necessidades de requalificação espacial em nível subjetivo.

6 Ver: apoia.se/icea. Último acesso em 13/02/2025.



batizando a vila. Tradicionalmente, as mulheres trabalhavam como lavadeiras para famílias dos bairros mais abastados do entorno, atividade principal da comunidade no início da sua história. Por este motivo, as ruas do seu entorno possuem nomes femininos, homenageando essas mulheres.

Atualmente, a Malvina pode ser considerada um *cluster* familiar, basicamente isolado das comunidades lindeiras. Apesar da infraestrutura existir nas ruas principais, observa-se precariedade no seu interior, como falta de calçamento e iluminação pública. Por outro lado, segundo fontes do ICEA Malvina, seus habitantes orgulham-se em dizer que ali não existe tráfico de drogas. Assim como não existem escolas dentro da vila, nem mesmo creches, fatos que comprometem o desenvolvimento humano, inclusive em nível cognitivo. O ICEA procura fazer a sua parte, buscando tirar as crianças das ruas através de práticas desportivas e outras atividades. Como sobrevive através de doações, frequentemente enfrenta dificuldades para manter-se.

Em suma, o complexo estudado não se apresenta apenas como um reflexo dos impactos da industrialização, mas também como um exemplo vívido da necessidade de políticas urbanas inclusivas e participativas. A análise desse território nos convida a repensar o direito à cidade e a importância de valorizar, de forma integrada, tanto as estruturas físicas remanescentes quanto os saberes, as tradições e as práticas de resistência que compõem a identidade dos seus habitantes. Ao integrar essas diversas dimensões, o espaço em questão se revela como um ambiente dinâmico e resiliente, onde passado e presente dialogam na construção de um futuro mais justo, sustentável e plural para toda a comunidade.

Figura 3 - Vila Tronco-Postão e indicação de faixa de desapropriação para implementação da Av. Moab Caldas, a Avenida Tronco. Fonte: Google Maps.



Patrimônio industrial, paisagem pós-industrial

A região em estudo constitui um exemplo paradigmático de como o patrimônio industrial e a paisagem urbana se entrelaçam para revelar processos históricos, sociais e econômicos que moldaram não apenas o território, mas também a própria configuração de Porto Alegre enquanto cidade marcada pela industrialização e seus desdobramentos. Durante décadas, o local abrigou importantes indústrias e as comunidades que delas dependiam, consolidando um legado que transcende a materialidade de estruturas fabris – embora esses vestígios tangíveis, como os galpões do Estaleiro Só (Figura 4), tenham sido, em grande parte, desmantelados ou transformados por processos de especulação e replanejamento urbano. Esse legado, contudo, persiste nas práticas culturais e nos saberes técnicos que se desenvolveram paralelamente à atividade industrial, demonstrando a complexa interação entre memória, paisagem e transformação social que define o território.

Os vestígios materiais do passado industrial não permanecem, em larga medida, evidentes na paisagem urbana contemporânea. Em vez de monumentos preservados, o que se observa são intervenções urbanísticas de grande escala, fruto de uma matriz especulativa e de um planejamento espetacular que, muitas vezes, prioriza projetos grandiosos em detrimento da preservação da memória histórica. Exemplos dessa transformação podem ser observados em grandes empreendimentos urbanos que emergiram no local, os quais se configuram como símbolos de uma nova ordem econômica e que, paradoxalmente, evidenciam a ausência de marcas arquitetônicas que remetam ao papel econômico e social outrora desempenhado pela região. Sennett (2018) argumenta que o potencial de reutilização adaptativa dessas estruturas é fundamental para conectar o passado às demandas do presente, permitindo usos inovadores que respeitem as necessidades sociais e culturais da comunidade. No



entanto, essa proposta precisa ser articulada de forma sensível, evitando que a revitalização se converta em um instrumento de gentrificação, descontextualizando as dinâmicas locais e promovendo o não pertencimento das comunidades tradicionais. Em suas reflexões sobre “Construir e Habitar” (Sennett, 2018), o autor destaca como intervenções que desconsideram as particularidades dos territórios podem acentuar processos de exclusão, ao transformar espaços historicamente populares em polos de atração para investimentos especulativos.

Além da materialidade, o patrimônio industrial do território manifesta-se nas práticas culturais e nos saberes técnicos que estruturaram as comunidades operárias ao longo de décadas. Redes de solidariedade, a autogestão e iniciativas de resistência emergiram em resposta às condições adversas de trabalho e habitação, transformando o local em um território resiliente mesmo frente à desindustrialização. Paese (2017) observa que o declínio industrial, ao enfraquecer os vínculos produtivos e sociais, intensifica a precarização urbana e compromete a identidade territorial. Nesse contexto, práticas comunitárias como a autogestão não só simbolizam a resistência dos habitantes, mas também funcionam como estratégias de preservação de uma memória coletiva indispensável para a continuidade e o sentido de pertencimento do território. Projetos de história oral e iniciativas de documentação etnográfica podem consolidar essas narrativas, transformando-as em ferramentas estratégicas para planejar um futuro mais inclusivo e participativo.

A interação entre a industrialização e a urbanização resultou em uma paisagem marcada por contrastes. De um lado, as estruturas industriais – mesmo que em sua maioria desativadas ou reconfiguradas – delinearam um território com uma forte identidade fabril; de outro, as ocupações populares deram origem a um tecido urbano formado pela autoconstrução e pela ausência de planejamento formal, evidenciando



Figura 6 - À esquerda, complexo naval Estaleiro Só em atividade. À direita, empreendimento Shopping do Pontal, finalizado em 2022. Fonte: pinterest.com/pin/452048881317800777/ e jornaldocomercio.com/economia/2022/11/874601-parque-pontal-e-o-novo-referencial-turistico-de-porto-alegre. Último acesso em 13/02/2025.

um cotidiano de improvisos e adaptações. Essa justaposição revela a essência de uma cidade aberta, conforme descrito por Sennett (2018): a coexistência de diferenças e a capacidade de integrar assimetrias são fundamentais para a vitalidade urbana. No local, a sobreposição de antigos galpões industriais com habitações populares ilustra como as comunidades locais desenvolveram soluções criativas para enfrentar desafios, fortalecendo laços sociais e construindo uma identidade coletiva robusta.

A preservação desse patrimônio demanda, necessariamente, uma abordagem que reconheça os moradores como protagonistas no processo de valorização e gestão do território. Conforme argumenta Paese (2017), políticas públicas voltadas para áreas periféricas precisam integrar o reconhecimento das narrativas locais com estratégias de desenvolvimento urbano sustentável. Isso implica uma articulação entre a conservação dos remanescentes materiais – mesmo que escassos – e a valorização das práticas culturais e sociais que conferem significado ao legado industrial. Nesse sentido, a memória coletiva e as demandas contemporâneas devem ser integradas de forma a transformar a preservação em uma ferramenta de inclusão social e de justiça urbana, evitando intervenções descontextualizadas que possam fomentar a gentrificação e a exclusão.

Em última análise, o território em análise não se apresenta apenas como um repositório do legado da industrialização, mas como um modelo de resistência comunitária e de resiliência urbana. Como enfatiza Sennett (2018), preservar o patrimônio não consiste em fossilizá-lo, mas sim em permitir que ele se transforme em um recurso ativo que conecte passado, presente e futuro. A interação entre memória, paisagem e comunidade revela a importância de repensar a preservação como um processo participativo e dinâmico, capaz de construir cidades mais abertas, inclusivas e sensíveis às complexidades históricas e sociais. Dessa forma, a análise desse território não apenas enriquece a compreensão dos processos de industrialização e seus

desdobramentos, mas também aponta para a necessidade de políticas urbanas que promovam a integração, o pertencimento e a justiça social em meio às transformações contemporâneas.

Desafios contemporâneos na preservação do patrimônio

A preservação do patrimônio industrial na região em análise apresenta desafios complexos e multifacetados, intrinsecamente ligados às dinâmicas históricas, sociais e econômicas que moldaram o território. Inserida em um cenário de intensas pressões urbanísticas e especulação imobiliária, a área exemplifica as tensões entre a preservação da memória histórica e as demandas contemporâneas de desenvolvimento urbano. Conforme enfatiza Sennett (2018), cidades em transformação tendem a negligenciar as múltiplas camadas de sua história, privilegiando um progresso homogêneo que, frequentemente, exclui a complexidade e a pluralidade das experiências passadas. No caso estudado, essa tendência se manifesta no apagamento de narrativas e estruturas ligadas ao período industrial, comprometendo não apenas a memória física, mas também as conexões culturais e sociais construídas ao longo de décadas.

A seguir, apresentam-se algumas questões centrais para uma compreensão contemporânea dos desafios na preservação do legado industrial, articuladas a partir de diferentes perspectivas:

(a) Reconhecimento do industrial como patrimônio: O reconhecimento do legado industrial transcende a preservação de estruturas fabris e envolve a valorização das práticas culturais, dos saberes técnicos e das experiências de trabalhadores que deram vida a esses espaços. Paese (2017) defende que o patrimônio industrial deve ser entendido como um conjunto multifacetado, que integra a materialidade dos galpões

e fábricas – como os remanescentes do Estaleiro Só –, às narrativas que emergiram da vivência operária. Em contextos periféricos, como o estudado, há uma tendência histórica de desvalorização desse legado, frequentemente visto como obsoleto ou incompatível com as exigências do mercado imobiliário. Sennett (2018) propõe que uma cidade aberta mantém vivas as justaposições temporais, permitindo que o passado dialogue com o presente e se projete para o futuro. Dessa forma, mesmo estruturas degradadas carregam significados que vão além de suas funções originais e se tornam marcos da identidade local. A adoção de estratégias de reutilização adaptativa pode, portanto, revitalizar áreas degradadas, promovendo usos inovadores e socialmente relevantes, desde que tais intervenções sejam conduzidas de maneira a respeitar a autonomia das comunidades locais.

(b) O protagonismo da população: O protagonismo das comunidades é fundamental para a efetiva preservação do patrimônio industrial. Historicamente marginalizadas nos processos decisórios, as populações que habitam territórios periféricos têm sido frequentemente tratadas como objetos de intervenção, ao invés de sujeitos ativos na gestão de seus espaços. Paese (2017) ressalta que essas comunidades não podem ser meramente receptoras de soluções externas; ao contrário, elas devem ser reconhecidas como protagonistas na construção e preservação do legado de seu território. Redes de solidariedade e práticas de autogestão surgiram em resposta às adversidades impostas pela desindustrialização, configurando estratégias de resistência e preservação da memória coletiva. Metodologias participativas, como projetos de história oral e documentação etnográfica, emergem como instrumentos essenciais para registrar e legitimar as narrativas locais, fortalecendo a identidade e a autonomia dos moradores e subsidiando a construção de políticas públicas mais inclusivas.

(c) A necessidade de resistir à especulação imobiliária: As pressões urbanísticas e a especulação imobiliária constituem ameaças significativas ao legado industrial. Em uma das regiões mais densamente povoadas da capital, a área tem sido alvo de iniciativas de requalificação que frequentemente priorizam o aproveitamento econômico dos terrenos, em detrimento do reconhecimento de suas especificidades históricas e culturais. Sennett (2018) adverte sobre os perigos de intervenções que buscam homogeneizar o espaço urbano, ignorando a diversidade e a complexidade das comunidades que nele habitam. Tais processos podem desencadear a gentrificação, caracterizada pela remoção forçada de moradores e pela transformação dos espaços em polos de atração para investimentos especulativos, promovendo o desarraigamento social e o não pertencimento dos antigos habitantes. Esse cenário é agravado pela ausência de regulamentações específicas que protejam os vestígios industriais, os quais, em muitos casos, são demolidos ou substituídos por empreendimentos incompatíveis com a história local.

(d) Configuração de políticas públicas participativas: Superar os desafios da preservação requer a formulação de políticas públicas integradas que articulem preservação patrimonial, planejamento urbano e inclusão social. Perseu (2021) defende que a preservação deve ser encarada como uma prática democrática, onde os moradores atuam como agentes centrais na valorização de seus territórios. No contexto estudado, isso implica promover um diálogo efetivo entre governo, comunidade e especialistas, garantindo que as políticas reflitam as demandas e aspirações dos habitantes. Iniciativas como a reutilização adaptativa de espaços industriais desativados, o fomento à autogestão comunitária e o incentivo ao turismo cultural podem oferecer alternativas viáveis para a preservação do legado industrial. Todavia, o sucesso dessas estratégias depende de uma abordagem interdisciplinar, que combine saberes técnicos com o conhecimento popular, assegurando que as intervenções respeitem o contexto histórico e as dinâmicas sociais já existentes.

(e) Integração do patrimônio à inclusão social: Por fim, a preservação do patrimônio industrial deve ser entendida como uma ferramenta de inclusão social, capaz de reduzir desigualdades e fortalecer as identidades locais. Essa integração exige um reconhecimento do valor intrínseco das práticas culturais e dos saberes comunitários, que, quando incorporados às estratégias de desenvolvimento urbano, podem transformar o legado industrial em um recurso ativo. Projetos de reutilização adaptativa, por exemplo, podem criar oportunidades socioeconômicas para as populações locais, promovendo a geração de emprego, a inclusão cultural e a melhoria da qualidade de vida. Paese (2017) enfatiza a necessidade de transcender a simples conservação material, estimulando a construção de um futuro urbano que respeite a história e fortaleça os vínculos sociais. Assim, a integração do patrimônio com políticas de inclusão social não só preserva a memória coletiva, mas também contribui para a construção de cidades mais justas e resilientes.

Os desafios contemporâneos na preservação do legado industrial estão intimamente ligados à necessidade de articular memória coletiva, práticas culturais e políticas públicas participativas. A região estudada exemplifica as tensões entre o imperativo de desenvolvimento urbano e a urgência de preservar narrativas históricas que definem a identidade dos territórios periféricos. A partir da reflexão sobre o reconhecimento do industrial como patrimônio, do protagonismo das comunidades, da resistência à especulação imobiliária, da configuração de políticas públicas inclusivas e da integração do legado à inclusão social, evidencia-se que a preservação não é um fim em si mesma, mas um processo dinâmico de resistência e transformação social. Dessa forma, repensar a preservação do patrimônio industrial torna-se um ato que conecta passado, presente e futuro, permitindo que as cidades se desenvolvam de forma mais aberta, justa e sustentável.

Considerações

A análise do território em estudo como um locus de preservação patrimonial revela, de forma inequívoca, a complexidade e a relevância de articular passado e presente em contextos marcados por dinâmicas históricas intensas de industrialização e urbanização periférica. A região, ao abrigar vestígios industriais que transcendem a mera materialidade, configura-se como um verdadeiro repositório de memórias coletivas, práticas culturais e redes de solidariedade que sustentam e reforçam a identidade local. Nesse sentido, o legado deixado pelas estruturas fabris – ainda que muitas vezes degradadas ou reconfiguradas pelo processo de desindustrialização – é portador de narrativas que se estendem para além do aspecto físico, representando a história de lutas, de resistências e de conquistas das comunidades que ali se estabeleceram.

Entretanto, os desafios impostos pela desindustrialização, pela especulação imobiliária desenfreada e pela ausência de políticas públicas integradas evidenciam a necessidade urgente de repensar estratégias de preservação. Como enfatizam Paese (2017) e Sennett (2018), a centralidade das comunidades locais deve ser reconhecida como condição sine qua non para a gestão efetiva dos territórios e para a valorização dos legados que estes abrigam. A inclusão das narrativas comunitárias nos processos decisórios não apenas reveste o debate de um caráter ético indispensável, mas também se revela crucial para promover uma justiça urbana que seja ao mesmo tempo equitativa e sustentável do ponto de vista cultural.

Ao integrar o patrimônio industrial às demandas contemporâneas de desenvolvimento urbano, o território estudado se apresenta como um espaço emblemático para a discussão sobre o papel da memória coletiva na construção de cidades mais abertas e inclusivas. Estratégias como a reutilização adaptativa de estruturas fabris – quando

aliadas a metodologias participativas que documentem e fortaleçam as práticas culturais locais – têm o potencial de transformar o legado histórico em um recurso ativo, capaz de gerar benefícios socioeconômicos e fortalecer os vínculos comunitários. Nesse processo, a preservação do patrimônio deixa de ser meramente um exercício de proteção do que restou da história, tornando-se um projeto de resistência e transformação social, no qual memória e paisagem dialogam para construir um futuro que respeite, integre e valorize as complexidades do passado.

Assim, a região analisada demonstra que preservar o patrimônio industrial é, sobretudo, habilitar as comunidades a moldarem um futuro em que inclusão, identidade e participação cidadã sejam elementos centrais do planejamento urbano. Essa abordagem não só garante a manutenção da memória histórica, mas também promove a construção de espaços urbanos mais justos, resilientes e pluralmente ricos – um legado que, para além do material, se fundamenta na vivência e na continuidade das práticas culturais que definem a essência do território.

Referências

ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades*: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. [Grande Cruzeiro]. In: WIKIFAVELAS. Rio de Janeiro: [Instituição responsável], 25 de julho de 2023. Disponível em [/wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco](http://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco) Último acesso em 13 de fevereiro de 2025.

GRANDE CRUZEIRO. *Grupo de Trabalho Filosofia e História* (GTFH). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em ufrgs.br/gtfh/2024/02/19/grande-cruzeiro/ Último acesso em 28 jan. 2025.

IPHAN. *Patrimônio industrial no Brasil*. Disponível em: portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218 Último acesso em 28 jan. 2025.

MENEGUELLO, C. (Org.). *Dicionário temático de patrimônio*: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

PERSEU, G. M. *Cidade, modos de postar*: paisagens de orla de Porto Alegre em narrativas online no século XXI. 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/234909>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PAESE, C. *Contramapas de acolhimento*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PAESE, C.; MARIANO, G.; MOREIRA, L. *Cartografia da Hospitalidade*. Anais do V Enanparq. Salvador, 2018.

SENNETT, R. *Construir e habitar*: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SMITH, L. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006.

SOUZA, J. R. et al. *Patrimônio industrial*: desafios e perspectivas para o século XXI. Cadernos de Estudos Sociais, v.12, n.1, p.23-45, 2023.

VIANNA, L. C. R. *Patrimônio Imaterial*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

Links:

Pinterest. *Estaleiro Só em plena atividade*. Disponível em pinterest.com/pin/452048881317800777/ Último acesso em 13 de fevereiro de 2025.

Instituto Cultural, Esportivo e de Assistência Vila Malvina – *ICEA Malvina*. Disponível em apoia.se/icea Último acesso em 13 de fevereiro de 2025.

Prefeitura de Porto Alegre. *Avenida Tronco é entregue e liberada para trânsito*. Disponível em prefeitura.poa.br/gp/noticias/avenida-tronco-e-entregue-e-liberada-para-transito Último acesso em 13 de fevereiro de 2025.